

TOMADA DE PREÇO Nº 01/2022

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 04/2022 – TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL.

PREFEITURA MUNICIPAL DE DOM BOSCO - ESTADO DE MINAS GERAIS, sito na Praça Eliane Queiroz da Silva, 25 – Alto da Boa Vista, CNPJ - 01.602.782/0001-00, torna público que realizará no dia 24 de JANEIRO de 2022 as 08h30min, a Tomada de Preços nº 01/2022, Processo Licitatório nº 04/2022 sob a regência da Lei Federal N.º 8.666/93 e alterações posteriores. Cujo objeto é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONSTRUÇÃO DE PONTE MISTA SOBRE O RIBEIRÃO DAS FLECHAS (VIGAS METÁLICAS E CONCRETO ARMADO). 30 METROS, SENDO 2 VÃOS DE 15 METROS 4,20 METROS, ESTRADA LIGANDO DOM BOSCO À COMUNIDADE ELDORADO, ZONA RURAL, DOM BOSCO - MG, DE ACORDO COM MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA DE CUSTOS, PROJETOS E CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO EDITAL E SEUS ANEXOS.**

SETOR REQUISITANTE: GABINETE DO PREFEITO.

MODALIDADE DE LICITAÇÃO: TOMADA DE PREÇOS Nº 01/2022

TIPO DE LICITAÇÃO: MENOR PREÇO GLOBAL.

DATA LIMITE DE RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: 24/01/2022 HORA: 08h30min

DATA DE ABERTURA DOS ENVELOPES: 24/01/2022 HORA: 08h30min

LOCAL DE RECEBIMENTO E ABERTURA DAS PROPOSTAS:

A PREFEITURA MUNICIPAL DE DOM BOSCO.

PRAÇA ELIANE QUEIROZ DA SILVA, Nº 25 – BAIRRO ALTO DA BOA VISTA – Dom Bosco-MG. CNPJ – 01.602.782/0001-00

1. OBJETO.

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONSTRUÇÃO DE PONTE MISTA SOBRE O RIBEIRÃO DAS FLECHAS (VIGAS METÁLICAS E CONCRETO ARMADO). 30 METROS, SENDO 2 VÃOS DE 15 METROS 4,20 METROS, ESTRADA LIGANDO DOM BOSCO À COMUNIDADE ELDORADO, ZONA RURAL, DOM BOSCO - MG, DE ACORDO COM MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA DE CUSTOS, PROJETOS E CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO EDITAL E SEUS ANEXOS.

Dom Bosco MG, 05 DE JANEIRO DE 2022.

POLLYANNA BORGES

Presidente da Comissão de Licitação

Portaria nº 02/2022.

TOMADA DE PREÇOS Nº 01/2022.
TIPO MENOR PREÇO POR EMPREITADA GLOBAL
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 04/2022

1 – PREÂMBULO.

A Prefeitura Municipal de Dom Bosco - MG através da Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, situada à Pça Eliane Queiroz da Silva, 25 – Alto da Boa Vista, torna público que se fará realizar no dia 24 de JANEIRO de 2022 às 08h30min, na sala da Divisão de Compras e licitações, localizado no mesmo endereço, nesta cidade, Licitação na modalidade TOMADA DE PREÇO, do tipo menor preço por empreitada Global (mão de obra e matérias). Nos termos da Lei 8666/93 suas alterações e demais legislações aplicáveis, objetivando a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONSTRUÇÃO DE PONTE MISTA SOBRE O RIBEIRÃO DAS FLECHAS (VIGAS METÁLICAS E CONCRETO ARMADO). 30 METROS, SENDO 2 VÃOS DE 15 METROS 4,20 METROS, ESTRADA LIGANDO DOM BOSCO À COMUNIDADE ELDORADO, ZONA RURAL, DOM BOSCO - MG, DE ACORDO COM MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA DE CUSTOS, PROJETOS E CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO EDITAL E SEUS ANEXOS.**

1.2 Para recebimento do envelope nº 1 DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO e envelope nº 2 PROPOSTA DE PREÇOS, fica determinado o dia 24 de JANEIRO de 2022 às 08h30min, o qual deverá ser entregue no setor da comissão de julgamento, no edifício sede da Prefeitura Municipal.

1.3 A abertura dos Envelopes nº 1, contendo a documentação de Habilitação dar-se-á na data, horário e local acima estabelecido. Havendo concordância da Comissão de Licitação e de todos os proponentes, renunciando a interposição de recurso da fase de habilitação, preceder-se-á, em seguida, a abertura dos Envelopes nº 2, contendo a Proposta de Preço dos proponentes habilitados.

2 – OBJETO

2.1. **Empreitada Global (mão de obra e matérias).** Nos termos da Lei 8666/93 suas alterações e demais legislações aplicáveis, objetivando a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONSTRUÇÃO DE PONTE MISTA SOBRE O RIBEIRÃO DAS FLECHAS (VIGAS METÁLICAS E CONCRETO ARMADO). 30 METROS, SENDO 2 VÃOS DE 15 METROS 4,20 METROS, ESTRADA LIGANDO DOM BOSCO À COMUNIDADE ELDORADO, ZONA RURAL, DOM BOSCO - MG, DE ACORDO COM MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA DE CUSTOS, PROJETOS E CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO EDITAL E SEUS ANEXOS.**

2.1.1. Os serviços a serem executados deverão obedecer às especificações contidas no Anexo I – Memorial Descritivo e Especificações Técnicas deste Edital.

2.1.2 - As informações administrativas relativas à licitação serão prestadas pelo setor de compras e licitações e as informações técnicas serão prestadas pelo setor de engenharia e projetos da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos no edifício sede da Prefeitura Municipal, bem como a visita técnica a partir do dia 06 de JANEIRO de 2022 no horário de 07h30min às 11h30min e das 13h às 17h,

2.1.3 - A visita técnica é **OBRIGATORIA**. Caso a empresa tenha interesse em realizar a visita, deverá agendar previamente pelo e-mail ou fone: licitacoesdombosco@gmail.com (38)36757137 – setor de compras e licitações. A visita é OBRIGATORIA, em virtude da Obra ser na zona Rural deste Município, para que os participantes possam ter conhecimento de acesso/localização onde será efetuada a construção.

3.0 – DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIA E VALOR ESTIMATIVO FIXADO

3.1. Os recursos para atendimento do objeto desta licitação serão provenientes da dotação orçamentária 02.09.02.26.782.2601.0167.4.4.90.51.00 – ficha – 535 – Fonte 1.68.00.

3.2 - O valor total orçado pela Prefeitura Municipal de Dom Bosco para a empreitada global, corresponde a **R\$ 312.545,58 (trezentos e doze mil quinhentos e quarenta e cinco reais e cinquenta e oito centavos) de acordo com planilha de preços aprovada.**

3.2.1 - Neste valor estão incluídos todos os custos básicos diretos, todas as despesas indiretas e os benefícios da empresa, assim como os encargos sociais e trabalhistas (LST), não podendo haver qualquer custo para realização da obra não computado neste valor.

3.3 - O valor do item 3.2. É o máximo admissível.

4. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

4.1. Poderão participar do presente, empresas interessados, cadastrados na correspondente especialidade em qualquer órgão ou entidade da Administração PÚBLICA, que manifestarem interesse 03 (TRES) DIAS UTEIS ANTES para entrega das propostas. **DO CADASTRO:** Para efeitos de cadastramento, os interessados deverão apresentar junto ao setor de compras e licitações, toda a documentação relativa à habilitação jurídica; qualificação técnica; qualificação econômico-financeira; regularidade fiscal e trabalhista. licitacoesdombosco@gmail.com.

4.2 – Poderão assinar atas ou manifestar-se na sessão o licitante CREDENCIADO, sendo procuradora da empresa A PROCURAÇÃO PARA CREDENCIAMENTO, conforme modelo

estabelecido no Anexo VIII do Edital ou o CONTRATO SOCIAL, no caso de representante legal da empresa, em ambos os casos deverá ser apresentado fora dos Envelopes nº 1, 2.

4.3 - Serão admitidos apenas 01 (um) representante para cada licitante credenciada, sendo que cada um deles poderá representar apenas uma credenciada.

4.4 - As pessoas interessadas, não credenciadas, poderão acompanhar as sessões de abertura dos envelopes, desde que não interfiram de modo a perturbar ou impedir a realização dos trabalhos.

4.5 - Será indeferido o credenciamento sempre que não forem apresentados os documentos necessários à identificação do interessado ou demonstrada sua condição de representante do licitante.

4.6. - O DOCUMENTO DE CREDENCIAMENTO DEVERÁ SER APRESENTADO E ENTREGUE EM SEPARADO.

4.7 - Da Representação:

4.7.1 - Se a empresa enviar representante que não seja sócio-gerente ou diretor, far-se-á necessário credenciamento, com menção expressa de amplos poderes, inclusive para o recebimento de intimação para desistência de recursos. A não apresentação do credenciamento não implica a inabilitação do licitante, mas o impede de manifestar-se, nas sessões, contra as decisões tomadas pela Comissão Permanente de Licitações.

4.7.2 - Se representada pelo Sócio, deve apresentar:

- a) - Ato Constitutivo (comprovando que tem poderes para tomar e assinar decisões pela empresa);
- b) - Documento de Identificação com foto;
- c) - Cartão do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ).

4.7.3 - Se representada por procurador, deve apresentar:

- a) - Ato Constitutivo;
- b) - Documento de Identificação civil (RG. Carteira de registro profissional, etc.);
- c) - Procuração com firma do outorgante reconhecida (mod. Anexo)
- d) - Cartão do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ).

4.7.2.1 - Não será permitida a participação, na reunião, de mais de um representante em nome de cada proponente.

4.7.2.2 - Durante os trabalhos só será permitida manifestação oral ou escrita do representante legal ou credenciado pela empresa proponente.

4.7.3 - PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE.

4.7.3.1 - licitante caracterizada como microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos do art. 3º, da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006, deverá declarar essa condição, sob pena de não serem reconhecidos os privilégios estabelecidos nos arts. 42 a 45 da referida Lei.

4.7.3.2 - As microempresas e empresas de pequeno porte também deverão apresentar, cópia do enquadramento em Microempresa – ME ou Empresa de Pequeno Porte – EPP autenticada pela Junta Comercial ou Cartório de Registros Especiais.

4.7.3.3 – Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal (*documentos exigidos*), a microempresa ou empresa de pequeno porte poderá participar da licitação, conforme o Art. 42 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, devendo apresentar os documentos referente à Comprovação de Regularidade Fiscal, mesmo que estes apresentem alguma restrição.

A microempresa ou empresa de pequeno porte que apresentar documentos com restrições tem assegurado o prazo de **05 (cinco) dias úteis**, prorrogáveis por mais cinco, a partir da declaração de vencedor da licitação, para apresentar ao Departamento de Licitações as respectivas certidões negativas ou positivas, com efeito de negativa.

5 – PRAZOS DE DURAÇÃO DOS SERVIÇOS.

O contrato será pactuado de acordo com o cronograma de trabalho apresentado, iniciando-se a partir de sua assinatura com previsão de conclusão de 06 (SEIS) meses, podendo ser prorrogado por igual período.

6. DA FORMA DE PREENCHIMENTO EXTERNO DO ENVELOPE.

6 – DOS ENVELOPES

6.1. - Os licitantes deverão apresentar, no local, dia e hora marcados, dois envelopes denominados, respectivamente, de nº 1 - Documentação e nº 2 – Proposta Comercial.

6.1.2 - Os envelopes deverão estar lacrados e indevassáveis, com a seguinte inscrição:

ENVELOPE Nº 01 – HABILITAÇÃO
TOMADA DE PREÇO Nº 01/2022.
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 04/2022
ABERTURA DIA: 24/01/2022, ÀS 08H30MIN.
NOME DA PROPONENTE:

ENVELOPE Nº 02 - PROPOSTA DE PREÇO
TOMADA DE PREÇO Nº 01/2022.
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 04/2022
ABERTURA DIA: 24/01/2022, ÀS 08H30MIN.
NOME DA PROPONENTE

7. DA DOCUMENTAÇÃO E DA PROPOSTA COMERCIAL

7.1 - DOCUMENTAÇÃO

7.1.1 - O envelope nº 01 HABILITAÇÃO, deverá conter em seu interior os documentos relacionados abaixo em uma via, com cópias autenticadas ou acompanhadas dos originais:

7.1.2 - HABILITAÇÃO JURÍDICA

7.1.2.1 – Registro comercial, no caso de empresa individual;

7.1.2.2 - Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

7.1.2.3 - Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

7.1.2.4 - Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

7.1.3 - HABILITAÇÃO FISCAL

7.1.3.1 – Prova de regularidade para com a Fazenda Federal e a Seguridade Social, mediante apresentação de Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da

União, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil ou pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, em vigor;

7.1.3.2 – prova de regularidade junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);

7.1.3.3– Prova de regularidade com a Fazenda Municipal mediante certidão emitida pela Fazenda do Município onde está sediada a empresa;

7.1.3.4– Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

7.1.3.5 - Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital mediante certidão emitida pela Fazenda do Estado onde está sediada a empresa;

7.1.3.6- Comprovante de Inscrição e Situação cadastral no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), da mesma licitante que irá faturar e entregar o objeto licitado.

7.1.7 – Os documentos necessários à habilitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da administração ou publicação em órgão da imprensa oficial.

7.1.5 – QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

7.1.5.1 – Certidão de Registro e Quitação da **Empresa**, junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou ao Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU).

7.1.5.2 - Certidão de Registro e Quitação do seu **responsável Técnico**, junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou ao Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU)..

7.1.5.3 - Comprovação de que o profissional habilitado, indicado conforme alínea “b” supra, executou serviços em obras semelhantes, em pelo menos 50% da área prevista na planilha orçamentária e constante no objeto desta licitação, demonstrando sua qualificação e experiência prévia em relação à execução dos serviços (**comprovação através de atestados ou certidões fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente certificados pelo CREA/CAU e acompanhados da respectiva Certidão de Acervo Técnico**).

7.1.5.4 – PARA FINS DE COMPROVAÇÃO DO ATESTADO ACIMA CITADO, DEVERÁ SER APRESENTADO ATESTADO, COMPROVANDO JÁ TER EXECUTADO PONTE MISTA EM CONCRETO ARMADO E VIGA METALICA, DE PELO MENOS 50% DO QUANTITATIVO A SER EXECUTADO, DEVIDAMENTE CERTIFICADOS

PELO CREA/CAU E ACOMPANHADOS DA RESPECTIVA CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO. SOB PENA DE INABILITAÇÃO A EMPRESA QUE NÃO APRESENTAR.

7.1.6 – QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

7.1.6.1 – Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.

a) O balanço patrimonial deverá estar assinado por contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade ou assinado digitalmente.

b) No caso de empresas constituídas recentemente, estas deverão apresentar o Balanço de Abertura devidamente registrado e as demonstrações contábeis referentes ao período compreendido do início das atividades até data próxima à abertura das propostas.

7.1.6.2- Certidão negativa de falência e concordata, expedida pelo cartório distribuidor da sede da licitante, com data não anterior a 90 (noventa) dias da realização da licitação;

7.2 - DECLARAÇÕES

7.2.1 - Os LICITANTES deverão apresentar declaração firmada pelo representante legal do LICITANTE, observado o disposto no anexo VII, de que está cumprindo o disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal e na forma da Lei nº 9.854, de 27/10/99.

7.2.2 - Declaração da licitante, comprometendo-se a informar a qualquer tempo, sob as penalidades cabíveis, a existência de fatos supervenientes impeditivos de contratação e habilitação com a administração pública.

7.2.3 - Declaração assinada por quem de direito, que não emprega menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, ou menor de 16 (dezesseis) anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de catorze anos, conforme modelo do anexo IV deste edital.

7.3. DA PROPOSTA COMERCIAL

7.3.1 -A Proposta de Preços contida no Envelope Nº 2 deverá atender a todas as exigências prevista neste EDITAL;

7.3.2 - A proponente deverá ofertar seu preço total global para a execução dos serviços objeto desta licitação, expresso em Reais, em algarismo e por extenso, utilizando o espaço existente no

Impresso Oficial de Proposta – Anexo II. Para efeito de julgamento, havendo divergência entre o valor expresso em algarismos e por extenso, prevalecerá o valor por extenso.

7.3.2.1 – Os preços unitários ofertados deverão contemplar todos os custos básicos diretos, assim como os encargos sociais e trabalhistas (LST).

7.3.2.2 – Planilha Custos Básicos orçados pelo licitante (anexo III), contendo em reais, em algarismos, com data-base do mês da apresentação da proposta, demonstrando os preços unitários e parciais correspondentes aos itens do orçamento da prefeitura, bem como o respectivo valor total que resultou na oferta expressa através do Impresso Oficial de Proposta Anexo II.

7.3.2.3 – Nos preços unitários da Planilha de Custos Básicos orçados pela licitante, deverão estar compreendidos todos os preços de materiais, mão-de-obra, encargos sociais e trabalhistas, e demais despesas diretas, devendo, ainda, ser mantidos os mesmos coeficientes e componentes das composições dos custos unitários do orçamento elaborado pela prefeitura como máximo admissível.

7.4 – Na proposta deverá constar o prazo da sua validade, que não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias corridos, contados da data de abertura da proposta.

7.5 - A apresentação da proposta implica na aceitação tácita de todas as cláusulas e termos da Lei Federal nº 8.666-93 e demais normas complementares e dos termos desta TOMADA DE PREÇOS.

7.6 – Deverá acompanhar ainda a proposta, Atestado de Vistoria modelo anexo V, devidamente assinado, conforme item 2.1.2 do Edital.

7.7 –A Proposta de Preço deverá conter, preferencialmente, o nome e o endereço completos do licitante, seus números de telefone e de fax, bem como seu endereço eletrônico completo (e-mail), se houver, para fins de eventuais contatos, assim como o nome completo do representante do LICITANTE credenciado a celebrar eventual contrato, seu estado civil, profissão, número da cédula de identidade, com a identificação do respectivo órgão emissor, número do CPF, endereço completo de seu domicílio e o cargo por ele ocupado na empresa LICITANTE;

7.8 - A proposta deverá conter oferta firme e precisa sem alternativas de preços ou quaisquer condições ou vantagens que induzam o julgamento;

8 - PROCEDIMENTO LICITATÓRIO.

8.1- No dia, hora e local previstos no preâmbulo deste **EDITAL**, reunir-se-á a Comissão de Licitação para o **CREDENCIAMENTO**, recebimento do **ENVELOPE n° 1 – HABILITAÇÃO** e **ENVELOPE n° 2 - PROPOSTA DE PREÇO**.

8.2 - Após análise dos credenciamentos serão lançados em ata os nomes dos representantes dos **LICITANTES** presentes e, no caso de não realização do mesmo, será registrado em ata o nome da pessoa que entregou os Envelopes.

8.3 - Nenhum outro documento será recebido, nem serão permitidos quaisquer acréscimos à documentação de habilitação e à proposta, após o início da abertura dos envelopes de habilitação pela Comissão de Licitação.

8.4 - PRIMEIRA FASE - HABILITAÇÃO – consistirá na abertura dos **ENVELOPES N° 1**, contendo a documentação de Habilitação, que será conferida, numerada e rubricada pela Comissão de Licitação e pelos **LICITANTES** presentes, sendo que os demais envelopes permanecerão fechados, sob a guarda da Comissão de Licitação, devidamente rubricados pelos representantes legais dos **LICITANTES** presentes.

8.5 - A análise e o julgamento da Habilitação serão realizados, com base neste edital, na própria sessão pública, sendo o resultado divulgado no quadro de avisos da prefeitura municipal de Dom Bosco.

8.6 - Na hipótese de ser divulgado o resultado da Habilitação na reunião de abertura dos **ENVELOPES N° 1**, e havendo renúncia expressa de todos os **LICITANTES** em interpor recurso, será iniciada a abertura dos envelopes de Proposta Comercial. Caso contrário, a Comissão de Licitação suspenderá os trabalhos, para eventual interposição de recurso(s), conforme previsto no inciso I, alínea “a” do artigo 109 da Lei Federal 8.666/93.

8.7 - Após o transcurso do prazo regulamentar sem que tenha havido interposição de recurso, ou após o julgamento do(s) recurso(s) interposto(s), os **LICITANTES** habilitados serão notificados, via quadro de avisos da prefeitura municipal de Dom Bosco a comparecerem em data, local e hora estipulados, a fim de participarem da fase de abertura dos envelopes de Proposta Comercial.

8.8 - SEGUNDA FASE – PROPOSTAS DE PREÇO - será iniciada em sessão pública, na qual será realizada a abertura das Propostas de Preço, as quais serão lidas em voz alta, pelo Presidente da Comissão de Licitação, e cujas folhas serão numeradas e rubricadas pelos membros da Comissão de Licitação, pelos **LICITANTES** presentes.

8.9 - A Comissão de Licitação procederá ao julgamento das Propostas de Preço em sessão pública, com o resultado e a respectiva ordem de classificação das Propostas de Preço neste momento ou

posteriormente, no quadro de avisos da prefeitura de Dom Bosco e informando o resultado aos proponentes licitantes do certame.

8.10 - Na hipótese de ser divulgado o resultado do julgamento das propostas na reunião de abertura dos **ENVELOPES Nº 2**, e havendo renúncia expressa de todos os **LICITANTES** em interpor recurso, será adjudicado o objeto da **Tomada de preço** a licitante vencedora, e posteriormente a homologação pela autoridade competente. Caso contrário, a Comissão de Licitação suspenderá os trabalhos, para eventual interposição de recurso(s), conforme previsto no inciso I, alínea “b” do artigo 109 da Lei Federal 8.666/93.

8.11 - Após o transcurso do prazo regulamentar sem que tenha havido interposição de recurso, ou após o julgamento do(s) recurso(s) interposto(s), o **LICITANTE** vencedor será notificado, a comparecerem em data, local e hora estipulados, a fim de assinar o contrato.

9 - JULGAMENTOS DA LICITAÇÃO

9.1- A classificação e o julgamento da proposta processar-se-á levando em consideração o critério de **menor preço por empreitada global** ofertado na Proposta - Anexo II, desde que atendidas as exigências deste TOMADA DE PREÇO e o interesse da Administração.

9.1.1 - A Comissão de Licitação verificará se os preços unitários dos serviços ofertados pela licitante em sua proposta não são superiores ao preço máximo admissível admitido pela Prefeitura conforme item 3.2, e anexo III – Planilha de Custos Básicos, para os serviços objeto do presente, ou simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, nos termos do disposto no § 3º do art. 44 da Lei Federal nº 8.666/93. À Comissão, se for necessário, será assessorada em sua avaliação por órgãos técnicos da Prefeitura.

9.1.2 – A Comissão de Licitação poderá notificar, para que, no prazo de 02 (dois) dias úteis, nos termos do inciso II, do artigo 48, da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores, a licitante comprove a viabilidade de sua proposta, a compatibilidade dos preços ofertados com os preços dos insumos e salários do mercado e respectivos encargos. No tocante aos materiais e às instalações de sua propriedade, poderá a licitante declarar, expressamente que renuncia, parcial ou totalmente, à correspondente remuneração, de acordo com o disposto no § 3º, do artigo 44, todos da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

9.2 – Serão desclassificadas as propostas:

9.2.1 - que apresentarem borrões ou rasuras que não permitam o seu entendimento, bem como as que estiverem em desacordo com as condições estabelecidas neste Edital;

9.2.2 - que estiverem com valor total acima do limite máximo estabelecido pelo item 3.2 deste Edital;

9.2.3 - que contiverem preços incompatíveis, nos termos do disposto na cláusula 9.1 supra.

9.2.4 - que estiver com preço global manifestamente inexequível nos termos de § 1º do artigo 48 da Lei Federal nº 8.666/93.

9.2.5 – As propostas que não for acompanhada do Atestado de Vistoria, modelo anexo V conforme itens 1.2 e 4.5 do Edital, dispensado quando a empresa optar por não realizar a visita técnica.

9.3 – Caso todas as propostas sejam desclassificadas, a Administração poderá utilizar-se da previsão contida no § 3º do artigo 48 da Lei Federal nº 8.666/93.

9.4 - Verificada a absoluta igualdade entre duas ou mais propostas, a Comissão Julgadora procederá, ao desempate por sorteio, em ato público, para fins de classificação.

9.5 - Decidida à classificação, a Comissão Julgadora adjudicará o objeto da licitação à empresa primeira classificada, publicando o resumo do ato no mural oficial de avisos.

9.6 - Procedida à classificação, nos termos dos critérios de avaliação deste Instrumento pela comissão julgadora e finda a fase recursal conforme cláusula VI abaixo, o processo será encaminhado ao prefeito municipal para homologação, a seu critério e adjudicação do objeto, após a empresa vencedora será convocada para oportunamente subscrever a Ordem de Execução de Serviços - Anexo VI deste Edital.

10 - RECURSOS

10.1 - Eventuais recursos contra decisão da Comissão de Licitação na fase de Habilitação ou de Classificação e Julgamento das Propostas deverão ser interpostos no prazo de **5 (cinco) dias úteis**, contados da divulgação da decisão recorrida, dirigidos ao Presidente da Comissão Permanente de Licitação, entregues e protocolados no setor de Licitações - CPL, no edifício sede da Prefeitura Municipal de Dom Bosco, até às **17h**, sob pena de preclusão.

10.1.1 - Os recursos devem ser apresentados por escrito, de forma legível e assinados pelos representantes legais, ou procuradores com poderes específicos, devidamente constituídos na forma do **subitem 4.2** deste **EDITAL**.

10.1.2 – Serão conhecidos recursos ou impugnações ao edital, enviados pelo correio, telex, fac-símile, correio eletrônico ou qualquer outro meio de comunicação se dentro dos prazos previstos em lei as petições originais não tiverem sido protocolizadas.

10.2 - Após o prazo acima mencionado, no caso de interposição de recursos, a Comissão de Licitação comunicará aos **LICITANTES**, por escrito, que as razões recursais encontram-se à disposição na sede da Prefeitura Municipal de Dom Bosco, para impugnação (contra-razões) no prazo de **5 (cinco) dias úteis**, contados da comunicação, sob pena de preclusão.

10.3 -Realizada a análise das razões e contra-razões de recurso, a Comissão de Licitação poderá reconsiderar sua decisão, ou, no caso de manutenção da decisão, deverá encaminhar o recurso ao Prefeito Municipal de Dom Bosco, devidamente informado, para decisão.

11 - GARANTIA PARA CONTRATAR

11.1 - Será exigida garantia do contrato **somente** se ocorrer à hipótese do § 2º do artigo 48 da Lei Federal nº 8.666/93, a ser prestada mediante depósito no Tesouro Municipal, no valor correspondente à diferença entre o valor da proposta e o valor apurado nos cálculos da cláusula 3.2.

11.2 - A garantia contratual será devolvida após lavratura do Termo de Recebimento Definitivo do objeto contratual, mediante requerimento da Contratada.

12 - PRAZO E CONDIÇÕES PARA ASSINATURA DO CONTRATO

12.1 - As obrigações decorrentes desta Tomada de Preço consubstanciar-se-ão na “Ordem de Execução de Serviços”, conforme minuta (anexo VI).

12.2 - O prazo para assinatura da “Ordem de Execução de Serviços”, bem como para retirar a Nota de Empenho, é de até 05 (cinco) dias úteis contados a partir da convocação publicada no mural da prefeitura, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções descritas na cláusula 13 desta Tomada de Preço, sendo que nesta oportunidade, para a assinatura da Ordem de Execução de Serviços, a empresa deverá apresentar na secretaria municipal de fazenda os seguintes documentos:

12.2.1 – Indicar responsável técnico pela execução do objeto do contrato e o preposto que o representará durante a execução dos trabalhos;

12.2.2 – Apresentar cronograma físico-financeiro da execução das obras e ou serviços aceito pela prefeitura;

12.2.3 – Apresentar guia de recolhimento da ART, nos termos da Resolução 307/86-CONFEA;

12.2.4 – Certidão Comprobatória de Regularidade para a Fazenda do Município de sede da empresa bem como do município de Dom Bosco, relativa aos tributos relacionados com a prestação licitada;

12.2.5 – Apresentar certidões comprobatórias de regularidade previdenciária e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);

12.3 - O prazo para o início dos serviços será contado a partir da data fixada na “Ordem de Início”. O prazo total do contrato é de 60 dias, podendo ser prorrogado por igual período, a contar dessa data.

12.4 – Depois de conferidos e juntados ao processo, o mesmo será submetido à Assessoria Jurídica para formalização da Ordem de Execução de Serviços conforme Modelo Anexo VI e **deverá ser assinada pelo representante legal: diretor, sócio, ou procurador da empresa, mediante apresentação, respectivamente, do contrato social ou procuração e cédula de identidade**

12.5 - Havendo recusa da adjudicatária em formalizar o ajuste, no prazo estabelecido, é facultado à Administração, sem embargo da aplicação das penalidades previstas em Lei, convocar as licitantes remanescentes, respeitada a ordem de classificação, para, querendo, fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições da primeira classificada.

13. DAS SANÇÕES

13.1 - São aplicáveis as sanções previstas no Capítulo IV, da Lei Federal nº 8.666/93, e demais normas pertinentes.

13.2 – Em ocorrendo recusa da adjudicatária em assinar a Ordem de Execução de Serviços dentro do prazo estabelecido neste Edital será aplicada:

13.2.1 - multa no valor correspondente a 30% (trinta inteiros por cento) sobre o valor da proposta.

13.2.2 – pena de suspensão temporária do direito de licitar e contratar pelo prazo máximo de 02 (dois) anos com a prefeitura municipal de Dom Bosco, a critério da Administração.

13.2.3 - Incidirá nas mesmas penas previstas nos itens acima a empresa que estiver impedida de retirar a Nota de Empenho pela não apresentação dos documentos necessários para tanto, relacionados no item 13.2 e subitens.

13.3 - A penalidade de multa poderá ainda ser aplicada em outras hipóteses, conforme discriminado na cláusula VIII do Anexo VI deste Edital.

13.4 - As sanções são independentes. A aplicação de uma não exclui a das outras.

13.5 - O prazo para pagamento das multas será de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação da empresa apenada. A critério da Administração e em sendo possível, o valor devido será descontado da importância que a mesma tenha a receber da prefeitura. Não havendo pagamento pela empresa, o valor será inscrito como dívida ativa, sujeitando-se ao processo executivo.

14 – DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

14.1 -Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação da Lei Federal 8.666/93, devendo protocolar o pedido até 5 (cinco) dias úteis antes da data fixada para a abertura dos envelopes de habilitação, devendo a Administração julgar e responder à impugnação em até 3 (três) dias úteis.

14.2 -Decairá do direito de impugnar os termos do edital de licitação perante a administração o licitante que não o fizer até o segundo dia útil que anteceder a abertura dos envelopes de habilitação e propostas de preços, atinentes as falhas ou irregularidades que viciariam esse edital, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

18 - DISPOSIÇÕES FINAIS

18.1 - Fica a licitante ciente de que a simples apresentação da proposta implica no conhecimento dos elementos constantes do TOMADA DE PREÇO, bem como de todas as suas condições gerais e peculiares, não podendo invocar nenhum desconhecimento quanto aos mesmos, como elemento impeditivo do perfeito cumprimento da “Ordem de Execução dos Serviços” e disposições deste Edital.

18.2 - A Prefeitura reserva-se o direito de exigir documentação comprobatória do cumprimento de todas as exigências legais provenientes da prestação do objeto, bem como a promoção de diligências destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo (§ 3º, do artigo nº 43 da Lei Federal nº 8.666/93).

18.3 – A autoridade competente do Município de Dom Bosco, poderá anular e revogar a presente licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente

comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, ou anular por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito do pregoeiro, devidamente fundamentado.

18.4 – A nulidade do processo licitatório induz à do contrato, sem prejuízo do disposto no parágrafo único do art. 59, da Lei Federal nº 8.666/93.

18.5 – As reclamações referentes à documentação e às propostas deverão ser feitas no momento da abertura do envelope correspondente, por escrito, quando serão registradas em ata, sendo vedadas observações ou reclamações impertinentes ao certame.

18.6 – A apresentação da proposta implica, por parte da licitante, observação dos preceitos legais e regulamentares em vigor, bem como a integral e incondicional aceitação de todos os termos e condições deste edital sendo responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

18.7 – Havendo indício de conluio entre os licitantes ou de qualquer outro ato de má-fé, a Administração da Prefeitura Municipal de Dom Bosco, comunicará os fatos verificados ao Ministério Público para as providências cabíveis.

18.8 – É facultada ao Presidente da Comissão Permanente ou à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deva constar no ato da sessão pública.

18.9 – As questões decorrentes da execução deste edital, que não puderem ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no FORO da Comarca de Bonfinópolis de Minas - MG, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

18.10 – Os casos omissos serão dirimidos pelo presidente da Comissão de Licitação, com observância da legislação regedora, em especial a Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

19 – ANEXOS

19.1 - Constituem anexos do edital, dele fazendo parte integrante:

19.1.1 - Anexo I – Memorial Descritivo / Especificações Técnicas;

19.1.2 - Anexo II – Impresso Oficial de Proposta;

19.1.3 – Anexo III - Planilha de Custo Básico. EM ANEXO SEPARADAMENTE

19.1.4 – Anexo IV – Detalhamento do B.D.I; EM ANEXO SEPARADAMENTE

- 19.1.5 – Anexo V – Atestado de Visita Técnica;
- 19.1.6 – Anexo VI – Minuta da Ordem de Execução de Serviço e contrato
- 19.1.7 – Anexo VII– modelo de declaração que não emprega menor; inexistência de fato impeditivo
- 19.1.8 – Anexo VIII– modelo de procuração para o credenciamento;
- 19.1.9 – Anexo IX – modelo declaração recebimento do edital
- 19.1.10 – ANEXO X e XI - Modelo de denegação de recursos.
- 19.1.11 – ANEXO XII - Modelo declaração ME, EPP.
- 19.1.12 – ANEXO XIII - Relação de documentos para CRC.

20 - O HORÁRIO E LOCAL PARA OBTENÇÃO DE ESCLARECIMENTO

20.1- Esta TOMADA DE PREÇO será afixado para conhecimento e consulta dos interessados no quadro de avisos da Prefeitura Municipal de Dom Bosco – MG e publicado extrato nos diários: <http://www.diariomunicipal.com.br/> e no DOU Diário Oficial da União, site www.dombosco.mg.gov.br e demais veículos de comunicação.

20.2 - Maiores esclarecimentos poderão ser obtidos no setor de compras no edifício sede da prefeitura municipal sito à Pça Eliane Queiroz da Silva, 25 – Alto da Boa Vista, Município de Dom Bosco – MG, CEP 38.654-000; no horário da 07h30min as 11h30min e de 13h às 17 horas, até o ultimo dia previsto para entrega dos envelopes proposta.

Dom Bosco MG, 05 DE JANEIRO DE 2022.

POLLYANNA BORGES
Presidente da Comissão de Licitação
Portaria nº 02/2022.

ANEXO I – MEMORIAL DESCRITIVO / ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

EDITAL DE LICITAÇÃO da TOMADA DE PREÇOS N° 01/2022.
PROCESSO ADMINISTRATIVO n° 04/2022

MEMORIAL DESCRITIVO

CADERNO DE ESPECIFICAÇÕES DA OBRA

PROPRIETÁRIO: Prefeitura Municipal de Dom Bosco - MG
OBRA: **Construção de Ponte Mista sobre o Ribeirão das Flechas (vigas metálicas e concreto armado).**
COMPRIMENTO: 30 metros, sendo 2 vãos de 15 metros
LARGURA: 4,20 metros
LOCAL: Estrada ligando Dom Bosco à Comunidade Eldorado Zona Rural
Dom Bosco - MG
LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA: S: 16° 40' 27"
W: 46° 13' 55"
CLASSE: 45 t

As vigas serão adquiridas através de doação da **Secretaria de Infraestrutura do Estado de Minas Gerais** e o tabuleiro será feito com concreto armado (maciço) 25MPa e a concretagem do mesmo será in-loco.

A obra deverá obedecer rigorosamente às plantas, detalhes e demais elementos pertinentes ao projeto, bem como as modificações e/ou complementações que a fiscalização venha a fornecer.

Se devido a contingências locais for aconselhável qualquer adaptação na concepção do projeto, somente será executada quando previamente aprovada pelo projetista com autorização expressa da fiscalização.

Os serviços não orçados, indispensáveis à complementação da obra com o fim de garantir a segurança e a finalidade proposta, decorrentes de situações adversas e imprevistas, constantes ou não do projeto, serão objetos de propostas complementares, com preços unitários atualizados sujeitos à prévia aprovação da Prefeitura Municipal de Dom Bosco - MG.

Os serviços serão acompanhados e fiscalizados pela Prefeitura Municipal de Dom Bosco – MG diretamente ou através de preposto indicado previamente, não eximindo a contratada de qualquer responsabilidade sobre os serviços executados.

Os preços contratuais incluem todos os custos necessários ao perfeito cumprimento do contrato inclusive, mas não limitado ao fornecimento no local da obra de todos os

equipamentos e materiais necessários, mão-de-obra, encargos sociais, equipamentos de proteção individual e de segurança, seguros, impostos e taxas.

1.0 – INSTALAÇÕES INICIAIS DA OBRA

1.1.- O barracão será do tipo elevado, dimensionado pelo construtor para abrigar: escritório da fiscalização, sanitário, escritório e sanitário da administração da obra, vestiários e sanitários de operários e almoxarifado.

O barracão terá estrutura de madeira, paredes divisórias, paredes de vedação e forro em chapas de madeira compensada laminada, telhado de telhas onduladas de fibrocimento, piso de cimento simples desempenado, acabamento liso.

1.2.- Fornecimento e colocação de placa em chapa galvanizada (3,00x1,50m) – em chapa galvanizada 0,26 afixadas com rebites 540 e parafusos 3/8, em estrutura metálica viga U 2” enrijecida com metalon 20x20, suporte em eucalipto autoclavado pintadas na frente e no anticorrosivo e tinta automotiva. (frente; pintura automotiva verso com fundo azul, texto; ploter de recorte película branca e parte inferior; aplicação das marcas em cor conforme manual de identidade visual do Governo de Minas Gerais.

1. 3.- Locação da obra (gabarito): A locação da obra é de responsabilidade da contratada que executará de acordo com a planta de locação aprovada pela Prefeitura Municipal de Dom Bosco – MG, a contratada da obra procederá à aferição das dimensões, dos alinhamentos, dos eixos e de quaisquer outras indicações do projeto. A fiscalização fornecerá o RN necessário a locação da obra.

Após a demarcação dos alinhamentos e ponto de nível, a contratada fará comunicação à fiscalização, a qual procederá às verificações e aferições que julgar oportunas.

1.4- Mobilização de equipamentos, ferramentas, pessoal e desmobilização ao termino da obra é de responsabilidade da contratada.

Equipamentos de segurança (EPIs) são de responsabilidade da contratada.

2.0 – INFRAESTRUTURA

A Contratada executará todo o movimento de terra necessário e indispensável para o nivelamento do terreno nas cotas fixadas pelo projeto arquitetônico. As áreas, quando não perfeitamente caracterizadas em plantas, serão regularizadas de forma a permitir sempre, fácil acesso e perfeito escoamento das águas superficiais.

A execução dos tubulões obedecerá ao código de fundações e escavações, e a ABNT pertinentes ao assunto “projeto e execução de fundações”.

Toda a escavação deverá ser executada após três dias da concretagem da camisa do tubulão.

Quando a vedação e bombeamento com saída de 3” for insuficiente, deverá utilizar o processo com ar comprimido.

A execução de tubulões a ar comprimido será processada de acordo com as normas de segurança e higiene do trabalho do Ministério do Trabalho.

Em casos não previstos nesses documentos legais, prevalece o estabelecido no código de Construção da American Standard Association.

A duração do período de trabalho sob ar comprimido não poderá ser superior a oito horas em pressões de trabalho de 0 a 1,0 kg/cm², a seis horas em pressões de trabalho de 1,1 a 2,5 kg/cm² e a quatro horas em pressões de trabalho de 2,6 a 3,4 kg/cm².

Durante o transcorrer dos trabalhos, sob ar comprimido, nenhuma pessoa poderá ser exposta a pressão superior a 3,4 kg/cm², exceto em caso de emergências ou durante tratamento em câmara de recompressão sob supervisão direta do médico responsável.

A escavação dos poços para os tubulões poderá ser feita manualmente e/ou com emprego de equipamento especial.

A abertura do fuste será levada até a cota prevista nos desenhos do projeto para o assentamento do tubulão.

Após a fiscalização inspecionar e aprovar condicionalmente o terreno, no qual se apoiará o tubulão, proceder-se-á, onde previsto, à abertura da base.

Uma vez aberta a base, a fiscalização examinará novamente o terreno de suporte do tubulão em toda área de contato. Caso ele se apresente, no conjunto, homogêneo e com o tipo de solo adequado à capacidade de carga prevista no projeto, o tubulão será liberado definitivamente para a limpeza e concretagem.

Quando o projeto prevê armação de transição entre a base e o fuste, cuidados especiais deverão ser tomados para que o concreto flua com perfeição através dessa armadura, preenchendo totalmente as bordas.

A concretagem da base do tubulão só poderá ser iniciada após a autorização da fiscalização e será conduzida de maneira a obter-se um maciço compacto e estanque. Logo após a liberação definitiva, deverá a contratada ter condições de executar a concretagem da base, evitando-se que o terreno fique exposto e sujeito a eventuais amoldamentos.

O lançamento do concreto no tubulão será procedido ou pôr meio de caçamba especial, cuidando-se para evitar choques com as paredes do fuste, ou pôr intermédio de tubo adutor.

Para evitar segregação, o concreto não poderá ser lançado de altura superior a dois metros.

Serão admitidos desvios de locação de, no máximo, 10% da dimensão do diâmetro do fuste do tubulão. Na verticalidade de, no máximo, 1%.

Caso os desvios de locação e/ou de prumo for superior aos limites definidos nos itens precedentes, o fato será submetido à apreciação do autor do projeto.

Formas: podendo ter uso pôr três vezes.

Concreto: fck \geq 20Mpa, fornecimento, lançamento, adensamento (p/conta da contratada).

3.0 – MESO – ESTRUTURA

Travessa dos Tubulões: compreende a viga de travamento dos tubulões, devendo ter seu eixo coincidente com o eixo dos pilares

Formas: podendo ter seu uso pôr duas vezes.

Concreto: fck \geq 20Mpa, fornecimento, lançamento, adensamento (p/conta da contratada).

Pilares: Devendo ter prumo em 100% e, eixo obedecendo rigorosamente o projeto, o concreto não deverá ter emendas.

Formas: podendo ter seu uso pôr duas vezes.

Concreto: fck \geq 25Mpa, fornecimento, lançamento, adensamento (p/conta da contratada).

Altura do Pegão: 6,01 metros

Cortina e ala: Compreende uma parede em concreto armado com a função de contenção do aterro de encabeçamento da ponte.

Formas: podendo ter seu uso pôr duas vezes.

Concreto: fck \geq 25Mpa, fornecimento, lançamento, adensamento (p/conta da contratada).

4.0 – SUPER – ESTRUTURA

Longarinas: O vigamento metálico é fabricado segundo as normas ABNT, UNT, DIN. As vigas são fornecidas já no tamanho de 15,00 metros, não sendo necessário a emenda na obra. O aço utilizado no vigamento metálico é o USI – SAC – 50 da Usiminas, ou similar, de alta resistência à corrosão atmosférica não sendo necessário a pintura em ambiente de condições normais.

O transporte das vigas é rodoviário normal com regulamentos dos DER`s. sendo que para os comprimentos de 15 metros é necessário o uso de carretas extensivas.

A colocação das vigas sobre os apoios de Neoprene dentro dos nichos da viga travessa poderá ser feita pela própria equipe do canteiro de obra, não necessitando de mão de obra especializada.

Para descarregamento e colocação das vigas é usual equipamentos tais como: Mandall, Krane-car, guindastes, guinchos, etc.

As vigas metálicas serão colocadas sob apoios de Neoprene (300x300x15) mm e, estes apoiados na face superior da viga travessa de apoio.

A superfície do concreto para receber o Neoprene deverá ser desempenada.

Vigas Superiores: Compreende as vigas de travamento dos pilares e apoio das Longarinas metálicas. Os nichos são os apoios laterais das vigas metálicas. Antes do enchimento dos nichos com concreto, serão necessários os seguintes procedimentos:

- 1º verificar o alinhamento dos nichos entre os apoios.
- 2º verificar a distância de eixo a eixo das vigas nas suas extremidades, conforme o projeto de cada vão.
- 3º verificar se a mesa superior das vigas metálicas está acima da face superior da viga travessa.
- 4º travar as vigas provisoriamente, mantendo-as aprumadas e niveladas entre se.
- 5º colocar entre as extremidades das vigas e a parede frontal dos nichos, placas de isopor com 2 cm de espessura.
- 6º colocar duas tábuas de maderite fechando os nichos e fixá-las de modo a não se soltarem durante a concretagem.
- 7º concretando os nichos, tomar os cuidados necessários, para que o concreto não passe por baixo da mesa inferior das vigas metálicas. A área em volta dos aparelhos de apoio deverá ficar livre.

Formas: podendo ter seu uso pôr duas vezes.

Concreto: fck \geq 25Mpa, fornecimento, lançamento, adensamento (p/conta da contratada).

Tabuleiro: Assentar as formas de maderite niveladas com as vigas, coloca-se a armação e então é feita a concretagem “in loco” do tabuleiro.

Concreto: fck \geq 25Mpa, fornecimento, lançamento, adensamento (p/conta da contratada).

Guarda-Rodas: Após a concretagem da laje do tabuleiro e a cura inicial, de no mínimo um dia, coloca-se a forma e a armadura complementar dos guarda rodas conforme o projeto. É possível também concretar os guarda rodas, juntamente com a laje do tabuleiro, desde que sejam tomados os devidos cuidados na confecção das formas. O alinhamento e o prumo, deverão seguir rigorosamente o projeto. Iniciar a armação junto com a armação do tabuleiro.

Formas: podendo ter seu uso pôr duas vezes

Concreto: fck \geq 25Mpa, fornecimento, lançamento, adensamento (p/conta da contratada).

Guarda-Corpo: seguir orientação anterior (guarda Rodas).

Formas: podendo ter seu uso pôr duas vezes

Concreto: fck \geq 25Mpa, fornecimento, lançamento, adensamento (p/conta da contratada).

5.0 - DIVERSOS

A altura da máxima cheia medida ao longo dos anos é de 4,90 metros no ano de 1993, segundo registro pertencente a Prefeitura Municipal de Dom Bosco - MG.

A sondagem deverá ser feita conforme descrito anteriormente, e ficará pôr conta do Município. Deverão ser executados pelo menos dois furos de sondagem e os mesmos deverão penetrar no mínimo três metros no material de terceira categoria (rocha). De Posse do laudo da sondagem, o Município providenciará o projeto executivo da fundação com as cotas de apoio da fundação (tensão admissível \geq 8 kg/cm²).

Os guarda-corpo e guarda-rodas receberão pintura nas suas faces e na parte superior dos mesmos. As extremidades deverão ser sinalizadas com pintura de sinalização refletiva. Os drenos serão de tubos de pvc Ø 25x300 conforme projeto.

Retirada de formas: a retirada das formas e escoramentos só poderá ser conduzida quando o concreto já se encontrar suficientemente endurecido para resistir às cargas que sobre ele atuam e com a liberação da fiscalização. Todavia, tais prazos não poderão ser inferiores a três dias para a retirada das formas laterais, a quatorze dias para a retirada das formas inferiores, permanecendo os pontaletes bem encunhados e devidamente espaçados, e vinte e um dias para retirada total das formas e pontaletes. Pavimentação: como não foi orçado a sobre laje acima do tabuleiro recomendamos que faça o caimento laterais de em 2% no tabuleiro e no mesmo faça um sarrafeamento.

A obra deverá ser entregue, limpa e, todo o entulho, transportado para local indicado pela fiscalização em uma distância não superior a 7 km.

BATIMETRIA

Foi realizado a batimetria com a utilização de um ecobatímetro. Onde o equipamento forneceu informações de profundidade através do tempo de duração da emissão do pulso sonoro e a recepção do mesmo sinal refletido.

As profundidades são essenciais e de muita importância para realizar a representação das linhas isobáticas, ou seja, são essas linhas que permitirão a visualização da topografia submersa.

Além disso, foi utilizado o programa hidrográfico Trimble HYDROPro Navigation, que possibilita a aquisição automática de informações originadas de diferentes sensores, dentre eles a posição do profissional (latitude e longitude) obtida através de GPS ou Estação Total, as profundidades fornecidas pelo ecobatímetro e as correções referentes ao movimento do profissional (altitude) fornecida por um outro sensor inercial. Assim obtivemos a batimetria de forma correta e confiável.

FORMAS E CIMBRES

Compreende o fornecimento de formas para infra-estrutura, meso-estrutura e super-estrutura inclusive o cimbramento necessário.

As formas e cimbres deverão obedecer às indicações do projeto, devendo possuir rigidez suficiente para não se deformarem quando submetidas a cargas e deverão ainda, obedecer as especificações da NBR6118/78(03) da ABNT(5).

As formas deverão ser de madeira aparelhada sob a forma de tábuas quando para infra-estrutura (podendo também ser metálica), e de madeira compensada resinada ou metálica quando para meso e super estrutura. Não poderão ter deformações, irregularidade e pontos frágeis que possam influir na forma e dimensão ou acabamento das (vigas, pilares, cortina, alas e lajes).

O cembre das estruturas em execução deverá ser constituído de peças de madeiras ou metálicas sem deformação ou ponto frágeis, estando incluído na composição do seu preço unitário, qualquer complementação que for necessária.

As formas deverão ser executadas de modo que o concreto acabado tenha as formas e dimensões de projeto, estando de acordo com o alinhamento e cotas e ainda apresente uma superfície lisa e uniforme.

Antes da concretagem, as formas deverão estar limpas, e molhadas. Todas aparas de madeira e resto de concreto, quando reaproveitadas deverão ser retiradas. A utilização das formas ficará condicionada a liberação da fiscalização.

O cimbramento deverá ser projetado e constituído de modo que receba todos os esforços atuantes sem sofrer deformações. Para isto deverão ser evitados apoios em elementos sujeitos à flexão, bem como adotados contraventamentos para obtenção da rigidez necessária.

Retirada de formas: a retirada das formas e escoramentos só poderá ser conduzida quando o concreto já se encontrar suficientemente endurecido para resistir às cargas que sobre ele atuam e com a liberação da fiscalização. Todavia, tais prazos não poderão ser inferior a três dias para a retirada das formas laterais, a quatorze dias para a retirada das formas inferiores, permanecendo os pontaletes bem encunhados e devidamente espaçados, e vinte e um dias para a retirada total das formas e pontaletes.

ARMADURA (INFRA, MESO E SUPERESTRUTURA)

Compreende corte, dobra, amarração, fornecimento de arame recozido nº 18 e colocação de armaduras para concreto armado.

As armaduras deverão ser colocadas como indicado em projeto, e, durante as operações de concretagem, serão mantidas em sua posição original de tal maneira que suporte os esforços provenientes do lançamento e adensamento do concreto. Isto poderá ser obtido com o emprego de barras de aço, blocos pré-moldados de argamassa, ganchos em geral ou outros dispositivos aprovados pela fiscalização.

A contratada deverá fornecer o aço destinado às armaduras, inclusive todos os suportes, cavaletes de montagem, arames para amarração, etc., bem como deverá estocar, cortar, dobrar, transportar e colocar as armaduras nas formas. As armaduras a serem utilizadas deverão obedecer às prescrições da NBR 7480/85(6) e NBR 7481/89(7) da ABNT.

Todo o aço deverá ser estocado em área previamente aprovada pela fiscalização. Os depósitos deverão ser feitos sobre estrados de madeira ou similar, de modo a permitir a arrumação das diversas partidas, segundo a categoria, classe e bitola.

Os recobrimentos de armaduras serão aqueles indicados no projeto, ou em caso de omissão os valores mínimos recomendados pela NBR 6118/2003. O espaçamento deverá ser controlado pela contratada de modo a atender aos recobrimentos especificados, durante os serviços de concretagem.

As armações que sobressaírem da superfície de concreto (esperas), deverão ser fixadas em sua posição através de meios adequados. O dobramento das barras, eventualmente necessário aos trabalhos de impermeabilização e outros, deverá ser feito apenas com uma dobra.

As emendas das barras deverão ser executadas de acordo com o especificado pela NBR 6118/03. Qualquer outro tipo de emenda só poderá ser utilizado mediante a aprovação prévia da fiscalização. No caso de utilizar emenda pôr solda a contratada se obriga a apresentar, através de laboratório idôneo, o laudo de ensaio do tipo de solda a ser empregada, para aprovação da fiscalização.

A armadura será cortada a frio e dobrada com equipamento adequado, de acordo com a melhor prática usual e a NBR 6118/03. Sob circunstancia alguma será permitido o aquecimento do aço da armadura para facilitar o dobramento.

A armadura, antes de ser colocada em sua posição definitiva, será totalmente limpa, ficando isenta de terra, graxa, tinta e substancias estanhas que possam reduzir a aderência, e será mantido assim até que esteja completamente embutida no concreto. Os métodos empregados para remoção destes materiais estarão sujeitos a aprovação da fiscalização.

Após o termino dos serviços de armação, e, até a fase de lançamento de concreto, a contratada deverá evitar ao máximo o transito de pessoal sobre as ferragens colocadas nas formas. Caso seja necessário a contratada executará uma passarela de tábuas que oriente a passagem e distribua o peso sobre o fundo das formas, e não diretamente sobre a ferragem.

No prosseguimento dos serviços de armação, decorrentes das etapas construtivas da obra, obriga-se a contratada a limpar a ferrugem de espera, com escovas de aço, retirando excessos de concreto e de nata de cimento. Nos casos em que a exposição das armaduras às intempéries for longa e previsível as mesmas deverão ser devidamente protegidas.

A concretagem das peças somente poderá ser iniciada após a liberação das estruturas pela fiscalização.

CONCRETO

Compreenderá o preparo e lançamento de concreto composto de cimento, água, agregado miúdo e agregado graúdo.

Quando necessário e/ou indicado pela fiscalização, poderão ser adicionados aditivos redutores de água, retardadores ou aceleradores de pega, plastificantes, incorporadores de ar e outros. O concreto deverá ser dosado racionalmente à partir do traço definido nos projetos, do tipo de controle e das características físicas dos materiais componentes.

A dosagem do concreto poderá ser feito em betoneiras, preparado no local da obra ou adquirida de empresa especializada na confecção de concreto. Quando preparado no local da obra, a mistura volumétrica deverá utilizar sempre quantidade inteira de sacos de cimento em cada traço, podendo ser dosado empiricamente, mas de modo a obter um concreto durável, com resistência (aos vinte e oito dias f_{ck28}) indicada em projeto e de bom aspecto, devendo neste caso satisfazer às especificações NBR 6118/2003.

Todos os dispositivos destinados à medição para o preparo do concreto deverão ser previamente aprovados pela fiscalização.

Todo o cimento deverá obedecer às normas regulamentadoras da ABNT e apresentar características compatíveis com a finalidade de uso, que será objeto de especificação complementar; na falta desta deverá ser empregado cimento com características iguais ou superiores às previstas NBR 5732/91. O material deverá ser entregue no local da obra em embalagem original do fabricante, devendo ser armazenado em local protegido contra intempéries, umidade do solo e outros agentes nocivos pelo período de tempo que não comprometa sua qualidade.

Dadas as características peculiares de comportamento do cimento, eventuais misturas de diferentes marcas ficarão na dependência de uma aprovação da fiscalização.

Os agregados a serem utilizados deverão atender às especificações da NBR 7211/83(13) da ABNT. Os agregados a serem utilizados na confecção de concreto deverão ser constituídos por materiais são, resistentes e inertes, atendendo ao disposto na norma ABNT – NBR 7211/83.

O armazenamento dos agregados deverá ser feito em locais que não permitam a mistura de materiais estranhos, tais como outros agregados, madeiras, óleos, terra, etc.

A água deverá ser medida em volume e não apresentar impurezas que possam vir a prejudicar as reações da água com os compostos de cimento.

Os materiais serão carregados na betoneira obedecendo a sequência definida pelas normas, ou seja:

- 1º - uma parte de água deverá ser colocada antes dos materiais secos,
- 2º - parte do agregado gráúdo
- 3º - cimento
- 4º - agregado miúdo
- 5º - restante do agregado
- gráúdo 6º - restante da
- água

O tempo de mistura, contado a partir do instante em que todos os materiais tiverem sido colocados na betoneira, não deverá ser inferior a:

- | | |
|-------------------------------|-------------|
| Betoneira de eixo vertical: | 1 minuto |
| Betoneira tipo basculante: | 2 minutos |
| Betoneira de eixo horizontal: | 1,5 minutos |

Em hipótese alguma será permitido a mistura manual do concreto (enxada).

Os serviços de lançamento e aplicação de concreto só deverão ser iniciados mediante autorização da fiscalização devendo seguir as prescrições da NBR 6118/2003, quanto a altura de lançamento, a fim de não haver segregação da mistura.

O adensamento do concreto deverá ser feito mecanicamente com o uso de vibradores de imersão. Os vibradores deverão ser empregados em posição vertical, devendo-se evitar seu contato demorado com as paredes das formas ou as barras das armaduras.

A cura deverá ser controlada por um período mínimo de sete dias (devendo ser molhado diariamente após uma hora do lançamento do concreto), com proteção eficiente do concreto contra a ação do sol, vento e da chuva.

Observação: para cada peça da obra (tubulões, pilares, vigas, travessas, cortinas, nichos, tabuleiro, guarda-corpo, guarda-rodas e pavimentação) e/ou 20m³ de concreto, deverá ser rompido no mínimo dois corpos de prova.

Dom Bosco - MG, 10 de junho de 2021.

Vinícius Andrade Santos

Engenheiro Civil

CREA-MG 230.293/D

TOMADA
DE PREÇOS



ANEXO II

À PREFEITURA MUNICIPAL DE DOM BOSCO- MG.

ATT. COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

REF. TOMADA DE PREÇO 01/2022 – PROCESSO LICITATÓRIO Nº 04/2022.

DIA: 24 DE JANEIRO DE 2022.

HORARIO: 08h30min.

TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL.

XXXXXXXXXXde XXXX de 2022..

Conforme solicitado por esta prefeitura, nos autos do processo licitatório Nº 04/2022 TOMADA DE PREÇO Nº 01/2022. Vimos encaminhar nossa proposta comercial para a prestação dos serviços abaixo descritos:

(1) Prestação de serviços de engenharia civil por **Empreitada Global (mão de obra e matérias)**. Nos termos da Lei 8666/93 suas alterações e demais legislações aplicáveis, objetivando a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONSTRUÇÃO DE PONTE MISTA SOBRE O RIBEIRÃO DAS FLECHAS (VIGAS METÁLICAS E CONCRETO ARMADO). 30 METROS, SENDO 2 VÃOS DE 15 METROS 4,20 METROS, ESTRADA LIGANDO DOM BOSCO À COMUNIDADE ELDORADO, ZONA RURAL, DOM BOSCO - MG, DE ACORDO COM MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA DE CUSTOS, PROJETOS E CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO EDITAL E SEUS ANEXOS.**

Valor global da obra: XX

CONDIÇÕES DE PAGAMENTO: Por medição periódica dos serviços realizados

VALIDADE DA PROPOSTA: 60 (sessenta dias)

Declaramos, ter vistado e vistoriado o local da realização da obra, ter dito acesso ao projeto arquitetônico, planilhas técnicas e de custo, BDI, normas do convenio e declaramos ainda ter ciência e aceitar todas as normas constantes do edital para todos os fins.

XXXXX, XXX de XXXXXXXX de 2022.

XXXXXXXXXX

Representante da empresa

“DEVE SER IMPRESSO EM PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA”

ANEXO V – ATESTADO DE VISITA TECNICA

Declaro para atender as exigências do processo licitatório nº 04/2022 Tomada de preços nº 01/2022, destinada a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONSTRUÇÃO DE PONTE MISTA SOBRE O RIBEIRÃO DAS FLECHAS (VIGAS METÁLICAS E CONCRETO ARMADO). 30 METROS, SENDO 2 VÃOS DE 15 METROS 4,20 METROS, ESTRADA LIGANDO DOM BOSCO À COMUNIDADE ELDORADO, ZONA RURAL , DOM BOSCO - MG, DE ACORDO COM MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA DE CUSTOS, PROJETOS E CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO EDITAL E SEUS ANEXOS**, que o engenheiro XXX(XXXX), CREA/CAUC, representante da empresa XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, CNPJ XXXXXXXXXXXX, compareceu à visita técnica ao local das obras, em XX/XXX/2022 no horário de XXXX tendo tomado conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, de acordo com o artigo 30, inciso III da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Dom Bosco, XXXX de XXXX de 2022.

PREFEITURA MUNIC. DOM BOSCO
Pollyanna Borges
Presidente da C.P.L.Portaria nº 09/2022

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
EMPRESA
CNPJXXXXXXXX
XXXXXX

PREFEITURA MUNICIPAL DE DOM BOSCO
XXXXXXXXXX
Eng. Civil CREA XXXXX/MG
Engenheiro Fiscal Prefeitura

ANEXO VI - MINUTA DA ORDEM DE EXECUÇÃO DE SERVIÇOS e CONTRATO

LICITAÇÃO POR TOMADA DE PREÇOS Nº 01/2022 Processo Licitatório 04/2022.

TIPO: MENOR PREÇO POR EMPREITADA GLOBAL

ORDEM DE EXECUÇÃO DE SERVIÇOS nº ____ / 2022.

Aos dias do mês de XXXXXX de 2022, O Município de Dom Bosco, Estado de Minas Gerais, Pessoa Jurídica de direito publico, através da Secretaria de Administração e Fazenda, situada à Pça Eliane Queiroz da silva, 25 – Alto da Boa Vista, inscrita no CNPJ 01.602.782/0001-00, doravante denominada CONTRATANTE, neste ato representada por seu Prefeito Municipal, o Sr. **Nelson Pereira de Brito**, brasileiro, solteiro, portadora do CPF nº 041.967.566-38 RG 8061279 SSP/MG, residente e domiciliado na Rua JOSE MENDES, nº 792, na cidade de Dom Bosco MG, CEP – 38.654-000, doravante denominada simplesmente **CONTRATANTE**, **AUTORIZA**, conforme despacho proferido às fls. do processo em epígrafe, e a empresa **XXXXXXXXXX**. Estabelecida à Rua XXXXXX, inscrita no CNPJ sob o Nº XXXXXX, neste ato representado pelo sócio administrador o Senhor (a) **XXXXXXXXXX**, portador do CPF XXXXXX e RG XXXXXX, a prestar os serviços que integram o OBJETO abaixo discriminado, de acordo com as cláusulas que seguem, firmando para tanto o presente contrato decorrente da TOMADA DE PREÇO nº 01/2022 regido pela Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1.993, e mediante cláusulas e condições a seguir enunciadas:

I - Prestação de serviços de engenharia civil por **Empreitada Global (mão de obra e matérias)**. Nos termos da Lei 8666/93 suas alterações e demais legislações aplicáveis, objetivando a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONSTRUÇÃO DE PONTE MISTA SOBRE O RIBEIRÃO DAS FLECHAS (VIGAS METÁLICAS E CONCRETO ARMADO). 30 METROS, SENDO 2 VÃOS DE 15 METROS 4,20 METROS, ESTRADA LIGANDO DOM BOSCO À COMUNIDADE ELDORADO, ZONA RURAL , DOM BOSCO - MG, DE ACORDO COM MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA DE CUSTOS, PROJETOS E CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO EDITAL E SEUS ANEXOS.**

1.1 – Os serviços a serem executados deverão obedecer às especificações contidas no Anexo I – Memorial Descritivo e Especificações Técnicas do Edital.

1.2 - Os serviços serão executados no local relacionado no Anexo I do Edital de licitação que precedeu este ajuste e dele faz parte integrante.

II - DO REGIME DE EXECUÇÃO, VALOR E DOTAÇÃO.

2.1 – Os serviços serão executados no regime de empreitada global.

2.2 - O valor total do presente ajuste importa em R\$ _____
(_____).

2.3 - Para fazer frente às despesas do presente exercício, existem recursos orçamentários empenhados onerando a dotação 02.09.02.26.782.2601.0167.4.4.90.51.00 – ficha – 535 – FONTE 1.68.00 ,através da Nota de Empenho nº _____, no valor de R\$ _____
(_____).

III - PREÇOS

3.1 – No preço supra, estão incluídos todos os custos, despesas diretas e indiretas, benefícios (BDI), assim como os encargos sociais e trabalhistas (LST), bem como, as possíveis despesas por parte da contratada com ligações provisórias de água, luz, esgoto, despesas com cópias de desenhos que venham a ser utilizados e aquelas decorrentes da elaboração de controle tecnológico e constituirá, a qualquer título, a única e completa remuneração pela adequada e perfeita prestação dos serviços objeto desta.

3.2 – Os serviços não constantes da Planilha de Custos Básicos – Anexo III do edital, e eventualmente necessários à conclusão do objeto contratual, nem apresentado pela contratada em sua proposta comercial, será composto por comum acordo entre as partes, submetido à aprovação do Prefeito Municipal, respeitado os limites de acréscimos contratuais dispostos na Lei 8.666/93.

IV - REAJUSTE

4.1 - Não haverá reajuste de preços.

4.2 - Fica, todavia, ressalvada a possibilidade de alteração das condições contratuais, em face da superveniência de normas Federais e Municipais sobre a matéria.

V – PRAZOS - 5.1- O prazo total para execução é de 06 (seis) meses, podendo ser prorrogado por igual período, a contar da data fixada na Ordem de Início que será entregue à contratada, na qual serão indicados a Unidade e o engenheiro que serão responsáveis pela fiscalização do ajuste e o endereço para entrega das medições e demais documentos.

VI - MEDIÇÕES E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO.

6.1-Mediante requerimentos mensais apresentados à Prefeitura pela CONTRATADA, serão efetuadas, após decurso dos respectivos períodos de execução, as medições dos serviços prestados,

desde que devidamente instruídas com a documentação necessária à verificação da respectiva medição, e a entrega na Unidade Requisitante dos documentos discriminados a seguir:

6.1.1 -Primeira Via da Nota Fiscal ou Nota Fiscal-Fatura.

6.1.2 - Fatura no caso de apresentação de Nota Fiscal.

6.2 - Se o período de medição não abranger um mês integral (primeiro e último mês do prazo previsto na Ordem de Início), o valor mensal será dividido por 30 (trinta) e multiplicado pelo número de dias trabalhados, considerando-se o mês comercial.

6.3 - Caso ocorra à necessidade de providências complementares por parte da CONTRATADA, a fluência do prazo de pagamento será interrompida, reiniciando-se a contagem a partir da data em que estas forem cumpridas.

6.4- Por ocasião da apresentação dos documentos citados nas subcláusulas 6.1.1 e 6.1.2, a Contratada estará sujeita as retenções cabíveis, fiscais e das contribuições ao INSS, decorrentes de legislações específicas, bem assim a comprovação de regularidade para com o FGTS, decorrentes do objeto deste contrato.

6.5- Quando da solicitação de pagamento, deverá ser observado o disposto na legislação vigente, especialmente na Lei Municipal 13.701/03 e demais normas regulamentares, devendo a contratada comprovar, se cabível, a regularidade fiscal resultante da execução do ajuste, mediante a apresentação de cópia da última guia de recolhimento de ISS, acompanhada de declaração em que ateste a correspondência entre a guia apresentada e o objeto contratual ou de declaração de que não está sujeita ao pagamento do tributo.

6.6 - O prazo de pagamento será de até 30 (trinta) dias, a contar da data final do período de adimplemento de cada parcela do objeto do contrato.

6.7- Quaisquer pagamentos não isentarão a CONTRATADA das responsabilidades contratuais, nem implicarão na aceitação dos serviços.

6.8 - Não será concedida atualização ou compensação financeira

6.9 - Por ocasião da medição final, a contratada deverá apresentar 02 (duas) vias de plantas contendo todas os serviços executados, devendo uma via ser anexada ao processo observadas as seguintes especificações.

6.10.1 - As plantas de medição final deverão ser apresentadas na escala adequada, nos formatos A0 a A4, a critério da fiscalização.

6.10.2 - Todas as plantas deverão conter a assinatura do responsável técnico pela Contratada e visto do responsável pela fiscalização

6.10.3 - As plantas deverão conter elementos que permitam a identificação e a amarração planimétrica dos serviços executados, bem como o quadro-resumo das principais quantidades referentes aos serviços executados.

6.11 - Também por ocasião da medição final, a Contratada deverá entregar ensaios da resistência do concreto utilizado, em 02 (duas) vias, devendo uma delas ser anexada ao processo. O ensaio deverá especificar a resistência do material aos 7 e aos 28 dias

VII - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1 – A Contratada assumirá integralmente responsabilidade pela boa e eficiente execução dos serviços, que deverão ser efetuados, de acordo com o estabelecido nas normas deste, e em especial do Memorial Descritivo e Especificações Técnicas constante do anexo I, bem como, atendendo as demais normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas e a legislação em vigor, responsabilizando-se pelos danos decorrentes da realização de referidos trabalhos.

7.2 – A Contratada obriga-se a corrigir ou substituir as suas expensas, no todo ou em parte, os serviços que tenham vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua elaboração, para que as obras e ou serviços efetuados sejam entregues em perfeitas condições, a critério da fiscalização da Subprefeitura.

7.3 – A Contratada obriga-se, ainda a manter na obra caderneta para anotações de todos os fatos ocorridos durante a execução das obras e ou serviços. A fiscalização anotar as visitas efetuadas, defeitos e problemas constatados e, em particular, os atrasos no cronograma, consignado eventuais recomendações à empresa contratada. Na hipótese de inobservância das recomendações inseridas na referida caderneta, a Contratada estará sujeita à penalidade prevista na cláusula VIII.

7.4 – A Contratada será responsável pelo cumprimento das normas e segurança do trabalho, devendo exigir de seus funcionários o uso dos equipamentos de proteção individual.

7.5 – A Contratada será a única responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, bem como por todas as despesas necessárias à realização dos serviços, custos com fornecimento de materiais, mão de obra e demais despesas pela fiscalização.

7.6 – A Contratada obriga-se a colocar, no local da obras, placas indicativas, conforme padrão a ser fornecido pela fiscalização.

7.7 – A Contratada obriga-se a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por elas assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação apresentadas por ocasião do procedimento licitatório.

7.8 - Refazer imediatamente todos os locais danificados decorrentes dos serviços, tais como: tampas de bocas-de-lobo, quebras de calçadas, muros, jardins, tubulação e outros, reconstruindo-os de acordo com as boas técnicas e normas vigentes, sem nenhum ônus à contratante.

7.9 - Responder, a qualquer tempo, pela quantidade e qualidade dos serviços executados e materiais utilizados, sem ônus a Prefeitura municipal de Dom Bosco quando necessitar refazer os serviços rejeitados pela fiscalização.

7.10 - Promover a sinalização viária necessária, responsabilizando-se pela segurança do trabalho de seus funcionários e pelos atos por eles praticados, bem assim por eventuais danos pessoais e materiais causados a terceiros no período de prestação de serviços a PMSP, inclusive durante a locomoção e transporte de equipamento e pessoal aos locais de trabalho.

7.11 - Afastar ou substituir dentro de 24 horas, sem ônus para a Prefeitura, qualquer funcionário seu que por solicitação da Administração, não deva continuar a participar da execução dos serviços.

7.12 - A Contratada será responsável pela segurança do trabalho de seus funcionários e pelos atos por eles praticados.

7.13 - A Contratada obriga-se a comparecer, sempre que solicitada, à Sede da Fiscalização, em horário por esta estabelecido, a fim de receber instruções ou participar de reuniões, que poderão se realizar em outros locais.

7.14 – Mandar proceder, por sua conta, ensaios, testes, laudos e demais provas estabelecidas em normas técnicas oficiais, sempre que solicitadas pela subprefeitura, para atestar a qualidade e as características dos materiais utilizados e das obras e/ou serviços executados.

VIII – PENALIDADES.

8.1 - Além das sanções previstas no Capítulo IV, da Lei Federal nº 8.666/93 e demais normas pertinentes, a adjudicatária estará sujeita às penalidades a seguir discriminadas:

8.1.1 - Multa por dia de atraso injustificado em relação aos prazos fixados: 1,0% (um por cento) por dia sobre o valor da “Ordem de Execução de Serviços”, até o máximo de 15 (quinze) dias;

8.1.2 - Multa pelo descumprimento de cláusula contratual: 0,5% (meio por cento) sobre o valor da Ordem de Execução de Serviços, por dia.

8.1.3 - Multa pelo não atendimento de eventuais exigências formuladas pela fiscalização: 2,5% (dois e meio por cento) sobre o valor da Ordem de Execução de Serviços.

8.1.4 - Multa pela não execução parcial da Ordem de Execução de Serviços: 30,0% (trinta por cento) sobre o valor da parcela não executada.

8.1.5 - Multa pela não execução total da Ordem de Execução de Serviços: 30,0 % (trinta por cento) sobre o seu valor.

8.2 - As penalidades são independentes e a aplicação de uma não exclui a das outras.

8.3 - O prazo para pagamento das multas será de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação da empresa apenada. A critério da Administração e em sendo possível, o valor devido será descontado da importância que a mesma tenha a receber da Prefeitura Municipal de Dom Bosco. Não havendo pagamento pela empresa, o valor será inscrito como dívida ativa, sujeitando-se ao processo executivo.

IX - CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

9.1- Os serviços objeto da “Ordem de Execução de Serviços” serão recebidos pela Prefeitura consoante ao disposto no artigo 73 da Lei Federal nº 8.666/93 e demais normas pertinentes.

X – DAS CAUÇÕES E LEVANTAMENTOS

10.1 - DA CAUÇÃO INICIAL: A **CONTRATADA** deverá depositar na Tesouraria da **PREFEITURA**, antes da assinatura deste instrumento, em moeda corrente do país ou títulos da dívida pública ou seguro garantia ou fiança bancária, a importância correspondente 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato, apresentando comprovante de recolhimento, com validade até o término do prazo contratual, mais 90 (noventa) dias, quando a obra será considerada recebida definitivamente.

XI - DOS PROCEDIMENTOS DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO:

11.1 - O CONTRATO ORIUNDO DESTA CONTRATAÇÃO TERÁ COMO RESPONSÁVEIS:

11.1.2 GESTOR DO CONTRATO:

GESTOR DO CONTRATO: **Marcos Aurélio Resende Chaves - Secretário Municipal de Obras, Infraestrutura, Trânsito e Serviços Urbanos de Dom Bosco MG.**

11.1.3. FISCAL DO CONTRATO – Isabela Alves Azevedo - Controladora Geral,
Portaria nº 161/2022.

11.1.4 - Compete ao Gestor do Contrato acima identificado exercer a administração do contrato, com atribuições voltadas para o controle das questões documentais da contratação, quais sejam, atestar documentos fiscais, verificar se os recursos estão sendo empenhados conforme as respectivas dotações orçamentárias, acompanhar o prazo de vigência do contrato, verificar a necessidade e possibilidade da renovação/prorrogação, bem como estudar a viabilidade de realização de reequilíbrio econômico-financeiro e da celebração dos respectivos termos aditivos, etc.

11.1.5. Compete ao Fiscal acima identificado exercer a verificação concreta do objeto, devendo o servidor designado verificar a qualidade e procedência do objeto respectivo, encaminhar informações ao gestor do contrato, exercer o relacionamento necessário com a contratada, etc. dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dará ciência à Administração.

11.1.6. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

11.1.7. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade do prestador, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei Nº 8.666, de 1993.

XII - DISPOSIÇÕES FINAIS.

12.1 - Fica a contratada ciente de que a assinatura desta Ordem indica que tem pleno conhecimento dos elementos nela constantes, bem como de todas as suas condições gerais e

peculiares, não podendo invocar qualquer desconhecimento quanto aos mesmos, como elemento impeditivo do perfeito cumprimento de seu objeto.

12.2 - Fica fazendo parte integrante da presente a proposta de fls _____ e o Edital de licitação que a precedeu.

12.3- O ajuste, suas alterações e rescisão, obedecerão à Lei Federal nº 8.666/93 e demais normas pertinentes, aplicáveis à sua execução e especialmente aos casos omissos.

12.3.1 - Em caso de rescisão administrativa prevista no artigo 79, inciso I, da Lei 8.666/93 ficam reconhecidos os direitos da Administração especificados no mesmo diploma legal.

12.4 - A Prefeitura Municipal de Dom Bosco reserva o direito de executar através de outras contratadas, no mesmo local, estudos, obras ou serviços distintos dos abrangidos na presente Ordem de Execução de Serviços.

12.5 - Fica eleito o Foro da Comarca de Bonfinópolis de Minas para dirimir eventuais controvérsias decorrentes do presente ajuste.

E, por estarem de acordo, lavrou-se o presente instrumento que, lido e achado conforme, vai assinado em 02 (duas) vias de igual teor, pelas partes, na presença de duas testemunhas abaixo qualificadas.

Dom Bosco MG, _____ de _____ de 2022.

NELSON PEREIRA DE BRITO
Prefeito Municipal
CONTRATANTE.

[inserir representante legal da empresa]
CONTRATADA

Marcos Aurélio Resende Chaves
Gestor do Contrato. Secretário M. de Obras

Isabela Alves Azevedo
Controlador Geral - Fiscal do Contrato.
Portaria nº 161/2021

TESTEMUNHAS.
CPF/MF n.º

CPF/MF n.º



DOM BOSCO

Com o povo, construindo um novo tempo.

TOMADA DE PREÇOS Nº 01/2022.
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 04/2022

ANEXO VII - Modelo - D E C L A R A Ç Ã O

ILmo. Sr (a). Presidente da Comissão Permanente de Licitação Município de Dom Bosco (MG)

Ref.: TOMADA DE PREÇO nº 01/2022.

DECLARA também, sob as penalidades da lei, que não existe fato superveniente impeditivo contra sua habilitação, assim como se obriga a declarar a ocorrência de fatos futuros;

DECLARA que não possui em seu quadro de pessoal empregados menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e menor de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII do artigo 7.º da Constituição Federal de 1988;

DECLARA que está plenamente de acordo com todas as cláusulas e condições do presente Edital;

XXXXXXXXXXXXX
EMPRESA CARIMBO E ASSINATURA



DOM BOSCO

Com o povo, construindo um novo tempo.

ANEXO VIII

TOMADA DE PREÇOS N° 01/2022. PROCESSO LICITATÓRIO N° 04/2022

PROCURAÇÃO PARA CREDENCIAMENTO

Pelo presente instrumento particular de procuração, a (razão social da empresa), com sede (endereço completo) inscrita no CNPJ/ MF sob o nº (nº do CNPJ), nomeia e constitui seu bastante procurador (a) o(a) Sr. (a) (nome do representante) portador (a) da cédula de identidade(nº RG),e CPF (nº CPF), a quem confere amplos poderes para representar perante o Município de Dom Bosco na Sessão pública da TOMADA DE PREÇO nº 01/2022, o qual está autorizado a requerer vistas de documentos e propostas, manifestar-se em nome da empresa, desistir e interpor recursos, rubricar documentos e assinar atas, prestar todos os esclarecimentos solicitados pelo PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO, enfim, praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome da outorgante.

_____, de _____ de 2022.



DOM BOSCO

Com o povo, construindo um novo tempo.

ANEXO IX (modelo)

TOMADA DE PREÇOS N° 01/2022.
PROCESSO LICITATÓRIO N° 04/2022

COMPROVANTE DE RECEBIMENTO DE EDITAL Declaramos que recebemos o Edital da TOMADA DE PREÇO N° 01/2022 em//2022, que tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONSTRUÇÃO DE PONTE MISTA SOBRE O RIBEIRÃO DAS FLECHAS (VIGAS METÁLICAS E CONCRETO ARMADO). 30 METROS, SENDO 2 VÃOS DE 15 METROS 4,20 METROS, ESTRADA LIGANDO DOM BOSCO À COMUNIDADE ELDORADO, ZONA RURAL , DOM BOSCO - MG, DE ACORDO COM MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA DE CUSTOS, PROJETOS E CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO EDITAL E SEUS ANEXOS, com julgamento marcado para o dia 24 de JANEIRO de 2022 as 08h30min.

....., / / 2022.

.....
Carimbo e assinatura



DOM BOSCO

Com o povo, construindo um novo tempo.

ANEXO X

Modelo de denegação de recursos

TOMADA DE PREÇOS N° 01/2022. PROCESSO LICITATÓRIO N° 04/2022

TERMO DE RENÚNCIA AO PRAZO RECURSAL FASE DE HABILITAÇÃO

A XXXXXX, CNPJ XXXXXXXXX, representada por seu Sócio Administrador XXXXXXXXXXXX CPF: XXXXXXXXXX, no processo de Licitação n° 04/2022, Modalidade TOMADA DE PREÇO n° 01/2022 promovido pela Prefeitura Municipal de DOM BOSCO-MG, ciente do direito de recorrer na fase de habilitação prevista no artigo 109, I inciso “a” da Lei 8.666/93, renuncia em caráter inevitável e irrevogável ao direito de interpor qualquer recurso contra a decisão proferida pela Comissão Permanente de Licitações da Prefeitura Municipal de Dom Bosco, na fase de habilitação deste procedimento, autorizando a Comissão Permanente de Licitação a promover a imediata abertura dos Envelopes Propostas apresentados pelos licitantes habilitados conforme o disposto no Edital que o rege o presente certame.

XXXXXX, XX de XXXXXX de 2022.

XXXXXXXXXX

Sócio Administrador

Carimbo e assinatura



DOM BOSCO

Com o povo, construindo um novo tempo.

ANEXO-XI.

TOMADA DE PREÇOS Nº 01/2022.
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 04/2022

TERMO DE RENÚNCIA AO PRAZO RECURSAL
FASE DE JULGAMENTO DE PROPOSTA COMERCIAL

A XXXXXX, CNPJ XXXXXXXXX, representada por seu Sócio Administrador XXXXXXXXXXXX CPF: XXXXXXXXXXXX, no processo de Licitação nº 04/2022, Modalidade TOMADA DE PREÇO nº 01/2022, promovido pela Prefeitura Municipal de Dom Bosco - MG, ciente do direito de recorrer na fase de julgamento de proposta comercial, previsto no artigo 109, I inciso “a” da Lei 8.666/93, renuncia em caráter inevitável e irrevogável ao direito de interpor qualquer recurso contra a decisão proferida pela Comissão Permanente de Licitações da Prefeitura Municipal de Dom Bosco, na fase julgamento de proposta comercial deste procedimento, autorizando a Comissão Permanente de Licitação a promover a imediata homologação deste processo licitatório.

XXXXXX, XX de XXXXXX de 2022.

XXXXXXXXXX

Sócio Administrador
Carimbo e assinatura



DOM BOSCO

Com o povo, construindo um novo tempo.

ANEXO XII - Modelo declaração ME, EPP.

TOMADA DE PREÇOS Nº 01/2022 – PROCESSO LICITATÓRIO Nº 04/2022.

MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONDIÇÃO DE ME, EPP OU EQUIPARADA.

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, por intermédio de seu representante legal Sr.(a) _____, portador do Documento de Identidade nº _____, inscrito no CPF sob o nº _____ DECLARA, sob as penas da Lei, que não está sujeita a quaisquer dos impedimentos do § 4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da citada lei e que cumpre os requisitos legais para qualificação como:

() Microempresa, ME ou () Empresa de Pequeno Porte, EPP, definida no art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006.

() Declaro que a empresa possui restrição fiscal no(s) documento(s) de habilitação e pretendemos utilizar o prazo previsto no art. 43, § 1º, da Lei Complementar nº 123/06, para regularização, estando ciente que, do contrário, decairá o direito à contratação, estando sujeita às sanções previstas no art. 81, da Lei Federal nº 8.666/93.

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

_, _____ de _____ de 2022.

_____(assinatura do representante legal)

ANEXO XIII – RELAÇÃO DE DOCUMENTOS PARA CADASTRO – CRC.

DOCUMENTOS NECESSÁRIOS AO CADASTRAMENTO: Para o cadastramento e obtenção do Certificado de Fornecedor, a empresa interessada deverá apresentar, no Departamento de Licitações - Praça Eliane Queiroz da Silva nº 25 Bairro Alto da Boa Vista - CEP - 38.654-000 DOM BOSCO MG ou enviar para o email licitacoesdombosco@gmail.com, os seguintes documentos:

1 - Documentos Relativos à Habilitação Jurídica:

- a) Cédula de identidade;
- b) Registro Comercial, no caso de empresa individual;
- c) Estatuto Social em vigor, ata da Assembleia Geral Extraordinária referente ao atual Capital Social, registrado e atualizado em Assembleia Geral Ordinária referente à atual administração, devidamente publicados, para sociedades por ações;
- d) Contrato Social ou Consolidação do Contrato Social e posteriores alterações contratuais, devidamente registradas na Junta Comercial, para a sociedade por cotas de responsabilidade limitada;
- e) Prova de inscrição do Ato Constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- f) Decreto de Autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo Órgão competente, quando a atividade assim exigir.
- g) Cópia do enquadramento como microempresa – ME ou empresa de pequeno porte – EPP autenticada pela Junta Comercial ou Cartório de Registros Especiais, antes da data de apresentação.

2. Documentos Relativos à Regularidade Fiscal e Trabalhista:

- a) Inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, mediante a apresentação do Cartão CNPJ;
- b) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal e a Seguridade Social, mediante apresentação de Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa



DOM BOSCO

ADMINISTRAÇÃO:
2021-2024

Com o povo, construindo um novo tempo.

da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil ou pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, em vigor.

- c) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual da sede do licitante;
- e) Prova de regularidade com a Fazenda Municipal, da sede do licitante;
- d) Regularidade perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço FGTS, mediante apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS- CRF, expedido pela Caixa Econômica Federal, emitido na jurisdição fiscal da sede do requerente;
- e) Prova de inexistência de débitos trabalhistas, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

4. Documentos Relativos à Qualificação Econômica – Financeira:

- a) Certidão Negativa de Falência ou Concordata expedida pelo distribuidor do Foro da sede da matriz da Pessoa Jurídica.

TOMADA
DE PREÇOS

